

A Internet – a geração de um novo espaço antropológico

Lídia J. Oliveira Loureiro da Silva*
Universidade de Aveiro

“Os espaços antropológicos são mundos de significação e não categorias coisificadas que partilham entre si objectos corporais.” (Lévy, 1997:186)

A comunicação reticular sustentada nas Redes e Serviços Telemáticos, das quais a *Internet* é a mais conhecida, gerou a possibilidade de criação e desenvolvimento de um novo espaço público, uma *Nova Ágora* que apresenta como característica fundamental o facto de ser um híbrido, digamos um *Fórum Híbrido* em que “o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudónimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o ser produtor e consumidor de conhecimentos à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo, etc.” (Silva, 1999:62)

A *Internet* é simultaneamente real e virtual (representacional), informação e contexto de interacção, espaço (*site*) e tempo, mas que altera as próprias coordenadas

espacio-temporais a que estamos habituados, compactando-as, ou seja, o espaço e o tempo na rede existem na medida em que são construção social partilhada. Esta construção é estruturada pelos laços e valores socio-políticos, estéticos e éticos que tipificam este novo espaço antropológico.

Este novo espaço com áreas de privacidade - um novo mundo virtual ou mundo mediado - é um suporte aos processos cognitivos, sociais e afectivos, os quais efectuam a transmutação da rede de tecnologia electrónica e telecomunicações em espaço social povoado por seres que (re)constroem as suas identidades e os seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Geram uma teia de novas sociabilidades que suscitam novos valores. Estes novos valores, por sua vez, reforçam as novas sociabilidades. Esta dialéctica é geradora de novas práticas culturais.

Trata-se de um novo tipo de organização socio-técnica que facilita a mobilidade no e do conhecimento, as trocas de saberes, a construção colectiva do sentido, em que a identidade sofre uma expansão do eu baseada na diluição da corporeidade, ou seja, o que se perde em corpo ganha-se em rapidez e capacidade de disseminar o eu no espaço-tempo. Assiste-se, assim, a uma ace-

*Lic. Filosofia; Universidade de Coimbra; Mestre Tecnologia Educativa, Universidade de Aveiro / Assistente do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, aluna de doutoramento em Ciências e Tecnologias da Comunicação, E-mail: lidia@ua.pt

lação do metabolismo social. Geram-se as chamadas comunidades virtuais (Rheingold,1996; Soares,1999) que se sustentam na partilha intelectual e na convergência da pluralidade e riqueza dos conhecimentos que emanam dos sujeitos. Nestes novos espaços sociais geram-se novas solidariedades, novos excluídos, novos mecanismos de participação, novas formas de democracia, de negociação, de decisão, de cooperação, de afectividade, de intimidade, de sociabilidade que potenciam a emergência de sujeitos colectivos ou de inteligências colectivas conectivas (Lévy,1997; Kerckhove,1998).

As redes e serviços telemáticos geram novos espaços de encontro, novos espaços antropológicos, há que questionar em que medida esses novos espaços representacionais (re)criam as identidades e as práticas culturais.

1 Da razão crítica

Existe a necessidade de um pensamento crítico para analisar as transformações promovidas pelos *media*, nomeadamente a *Internet*, para que o discurso sobre esta realidade social não seja apenas o discurso utopicamente redentor, tão comum nos últimos tempos.

A razão crítica continua a ser o instrumento adequado para reflectir sobre a realidade. Contudo, não poderá ser a razão crítica fundada no pensamento da modernidade, a razão crítica de tipo cartesiano, que apesar de levar a crítica ao seu estado hiperbólico não a estende a si própria. Há, portanto, necessidade de re-pensar a razão crítica porque é necessário descentrá-la da razão racional-instrumental e do modelo estritamente ocidental. É necessário re-fundar

a razão crítica numa pluralidade de saberes que não têm como único modelo a racionalidade lógico-matemática, mas racionalidade(s) que entretecem razão e emoção, lógico e lúdico, ocidental-oriental. Sem esquecer a importância da ambiência afectiva no desenvolvimento da segurança ontológica (Damásio,1995).

“Caída a ideia de uma racionalidade central da história, o mundo da comunicação generalizada explode como uma multiplicidade de racionalidades “locais” - minorias étnicas, sexuais, religiosas, culturais ou estéticas - que tomam a palavra, finalmente já não tacitamente aceites e retomadas pela ideia de que só existe uma única forma de humanidade verdadeira a realizar, não obstante todas as peculiaridades, todas as individualidades limitadas, efémeras, contingentes. Este processo de libertação das diferenças, diga-se de passagem, não é necessariamente o abandono de toda e qualquer regra, a manifestação bruta do imediato.” (Vattimo,1991:16-17)

Esta razão crítica re-pensada deve ter a capacidade de se pensar e criticar a si própria. É uma razão que analisa criticamente um real cada vez mais complexo, mas tem consciência que ela própria está inserida nesse real e é fruto dele, logo, que não é uma razão pura, desafectada. Daí a necessidade de entender a si o procedimento crítico, de se pôr em causa, de se pôr em crise para avaliar. Só com uma razão crítica assim descentrada será possível empreender um verdadeiro procedimento de análise hermenêutica que nos sirva de instrumento de leitura do real e, especificamente, do desenvolvimento da co-

municação mediada por tecnologias que anulam fronteiras, permeabilizando com maior facilidade a cultura ao multi-culturalismo. É esta Diferença, tal como a refere J. Derrida, que abre a brecha na razão feita de racionalidade iluminada e abre a necessidade de uma razão crítica plural capaz de desconstruir os processos culturais, enfim, de se desconstruir a si própria, para compreender na pluralidade.

“Na sociedade de comunicação generalizada e de pluralidade de culturas, o encontro com outros mundos e formas de vida talvez seja menos imaginário do que era para Dilthey: as possibilidades “outras” de existência realizam-se sob os nossos olhos, sendo representadas pelos múltiplos “dialectos”, ou mesmo pelos universos culturais que a antropologia e a etnologia nos tornam acessíveis. Viver neste mundo multifacetado significa fazer experiência da liberdade como oscilação contínua entre a pertença e desenraizamento.” (Vattimo,1991:18)

Esta pequena reflexão sobre a importância de uma razão crítica refundada vai servir de pano de fundo metodológico a este texto.

2 Do espaço público

Aparentemente a comunicação no espaço público tradicional está doente: as pessoas queixam-se da falta de comunicação entre os elementos da família e da comunidade. Passámos progressivamente a viver num regime de solidão organizada no qual a comunicação e as trocas simbólicas parecem estar enfraquecidas e, com elas, a ideia de comunidade também parece encontra-se bastante

fragilizada. Talvez até a ideia de comunidade não esteja enfraquecida e apenas estejamos a passar por uma fase transitória em que essa ideia, e respectivo sentimento associado, estejam a sofrer um processo de metamorfose. E nessa metamorfose coabitem modos tradicionais de comunidades e novas formas emergentes do cenário tecnológico da comunicação. Ainda assim, poder-se-á pôr a questão: Quem se sente membro de uma comunidade de bairro, de paróquia, etc.? Apesar de não existir uma resposta unívoca a esta questão, ela faz reflectir sobre uma certa diluição de alguns modos de comunidades locais baseada na presença e a afirmação progressiva de comunidades baseadas em laços proporcionados pela geografia telemática. É neste cenário que as trocas simbólicas no âmbito dos serviços telemáticos em rede parecem recriar a comunicação onde ela parece estar moribunda, ou seja, a nível interpessoal e a nível da geração de laços sociais potenciadores do surgimento do sentimento de comunidade. Deste modo, o mundo virtual das redes telemáticas surge como uma nova oportunidade, como possibilidade de comunicação aparentemente segura e sem conflitos, enquanto que no mundo real os conflitos se multiplicam e a insegurança se instala. Quem toma a iniciativa de encetar diálogo com o estranho que se encontra da mesa do lado, no café? E quem hesita estabelecer diálogo com o desconhecido que está da sala de IRC onde se acaba de entrar ou que tem o seu *e-mail* numa *Web-page* que trata de um assunto que também nos interessa ou nos despertou curiosidade? Deste modo, não se poderá deixar de pôr a questão, se não estaremos face a uma virtualização do espaço público concreto com a tendência para a multiplicação das formas de

mediação. Gera-se assim um espaço antropológico alternativo.

“As comunidades virtuais são feitas de pessoas e do que elas realmente querem, daquilo que realmente lhes interessa, sem constrangimentos prévios ou póstumos (...) As novas tecnologias dão a cada um de nós um poder sem precedentes de construir o nosso próprio mundo de referência, de encontrar as pessoas que realmente nos interessam, estejam onde estiverem, de aprender e ensinar sobre aquilo que realmente queremos que faça parte da nossa vida.” (Soares,1999:75)

“Talvez o ciberespaço seja um dos lugares públicos informais onde possamos reconstruir os aspectos comunitários perdidos quando a mercearia da esquina se transforma em hipermercado. Ou talvez o ciberespaço seja precisamente o lugar *errado* onde procurar o renascimento da comunicação, oferecendo, não um instrumento para o convívio, mas um simulacro sem vida das emoções reais e do verdadeiro compromisso perante os outros. Seja qual for o caso, precisamos de descobri-lo o mais rapidamente possível.” (Rheingold,1996:43)

3 Da virtualização

O conceito de comunidade virtual conduz à reflexão sobre o conceito de virtualização. A virtualização progressiva do real é também a sua progressiva conceptualização através de mais e mais mediadores. Esta conceptualização permite criar uma imagem do real, uma virtualidade que passa a assumir estatuto de realidade. A imagem é o real, o conceito é

o real (Jeudy,1999). Passamos a ter uma sociedade que cria a sua imagem e passa a viver a partir dessa imagem, como se criasse um espelho dela própria e passasse a viver no interior da imagem reflectida no espelho gerando um processo de quase clausura porque fica fechada na imagem que construiu de si. A virtualização tem invadido progressivamente a vida quotidiana e é necessário questionar acerca das consequências dessa nova realidade nas práticas e nas identidades sociais.

Segundo Daniel Bounoux (1999) a questão das novas tecnologias e dos mundos virtuais começou com a escrita que é a primeira telecomunicação. Poder-se-ia ir mais longe e dizer que os mundos virtuais são constitutivos da humanidade, na medida em que são o núcleo do imaginário. Assim, desde o momento em que se fazem narrativas e ficções, que se virtualiza e desde as primeiras pinturas e gravuras pré-históricas que se telecomunica não tanto no espaço, mas sim no tempo.

A informática, enquanto suporte de comunicação, permitiu ampliar o leque de linguagens, a escrita deixou de ser a única linguagem, para se passar a construir uma orquestra semiótica mais vasta que engloba imagem, som, movimento, simulação, etc. permitindo gerar ambientes infocomunicacionais alternativos que estão ao serviço da virtualização.

Mas será necessário questionar se a actual formação cria competências para a vivência virtualizada mediada por uma pluralidade de linguagens? Virtualização que progressivamente atinge todos os domínios da esfera simbólica e toda a humanidade, tornando-se duplamente global.

“Os computadores deram-nos poder sobre o ecrã e permitiram-nos a personalização do tratamento da informação. Não é o mundo que se está a tornar global, somos nós. (...) À medida que os povos se vão globalizando, enfatizarão também cada vez mais as suas identidades locais.” (Kerckhove,1997:123)

O conhecimento que a humanidade possui da realidade é uma representação dessa realidade, sempre foi uma representação, mas com os novos mediadores essa representação complexifica-se. Qual o papel do enraizamento sociocultural na elaboração da concepção da realidade, a partir de mediadores globalizantes?

4 Da territorialidade

Pensa-se a partir de um território. A *Internet* veio introduzir a metamorfose do conceito de território. As mudanças estruturais potenciadas pelos suportes tecnológicos (i) facilidade de armazenamento, duplicação e divulgação de informação; ii) bidireccionalidade; iii) emissão multiponto-multiponto; iv) dimensão planetária da comunicação) têm conduzido a uma reorganização dos fluxos de informação e dos procedimentos comunicacionais. São os interesses comuns que vão determinar a topologia das relações e não a geografia comum. Vive-se, deste modo, uma situação paradoxal de *topos* e *atopos* na teia infocomunicacional. Esta afirmação tem uma dupla significação: por um lado, o sujeito está simultaneamente enraizado num lugar físico (a partir do qual produz e partilha informação e relações) e suspenso na pluralidade de lugares que a *navegação na rede* lhe permite, por outro lado tanto no espaço fi-

sico como no espaço virtual existem lugares e não-lugares (Augé,1994).

“os não-lugares mediatizam todo um conjunto de relações consigo próprio e com os outros que só indirectamente dependem dos seus fins: tal como os lugares antropológicos são produtores de social orgânico, os não-lugares criam uma contratualidade solitária.” (Augé,1994:99-100)

Existe na *Internet* a dimensão de espaço antropológico construído pela transferência simbólica e relacional, através da virtualização, ou seja, os símbolos e os processos relacionais constituintes do espaço social são transferidos para o espaço de fluxos infocomunicacionais, a que se tem vindo a dar o nome de espaço virtual.

O laço social torna-se metafórico:

“... la télécommunication fait glisser le lien social vers la métaphore et contribue à produire des situations d’ubiquité, où l’on est ici et ailleurs, où l’autre est à la fois proche et inaccessible.” (Roch,1992:68-69)

Ao abordar a questão da geração de novos espaços públicos, novos espaços antropológicos surge a questão da territorialidade, na medida em que o território é o ponto de ancoragem fundamental na construção das identidades. Contudo, o território como ponto de ancoragem da identidade só existe através de um sistema de representações que serve para desenhar as fronteiras desse território mas, sobretudo, povoa esse espaço de símbolos e de significações (sentido) que lhe dão a sua individualidade e especificidade

em relação aos espaços vizinhos. O território é, pois, fruto da construção de sistemas de representação. Apesar de, normalmente, quando se fala de território lhe estar associada a ideia de fronteiras geográficas, dever-se-á cada vez mais sublinhar que são os elementos simbólicos representativos de um território que lhe dão identidade. Esta ideia permite pensar a existência de territórios na *Internet*, enquanto espaços ou territórios de fluxos de informação e comunicação que geram representações partilhadas. E, por um lado, a *Internet* tem conduzido ao repensar das fronteiras geográficas e das próprias relações de territorialidade devido à dimensão global dos fluxos infocomunicacionais, por outro lado, as sociabilidades presenciais também são afectadas porque a *Internet* fez surgir novos espaços e motivos de encontro, como por exemplo, os *cibercafés* e os jantares dos membros do IRC.

“Avec Internet apparaît un nouveau vecteur de représentations. On peut légitimement supposer que de nouvelles représentations du territoire sont liées à ce nouveau vecteur, et cela à différents échelles. Il existe tout d’abord une mise en scène du territoire d’Internet, plus ou moins identifié à la planète entière...” (Desbois,1998)

A *Internet*, de redes e serviços telemáticos, passa a ser concebida pelos seus utilizadores como espaço de pesquisa de informação, de encontro e de partilha, ou seja, a *Internet* gera uma espacialidade inteiramente abstracta que é reforçada pelas metáforas de navegação e de *site* (lugar). Gera-se uma proximidade que nada tem a ver com a proximidade geográfica, mas sim com a proximidade representacional que promove a ideia

de comunidade. Será interessante reflectir sobre esta característica da *Internet* enquanto único serviço de telecomunicações que promoveu, a uma escala considerável, o estatuto de comunidade para os seus utilizadores. Não se pensa habitualmente nos utilizadores de outros serviços telemáticos (telefone, TV, rádio, fax, etc.) como formando uma comunidade.

A ideia de rede associa-se por si mesma à ideia de território organizado. Há, no entanto que pensar a questão da territorialidade da *Internet* numa tripla dimensão: 1) a *Internet* como um território simbólico abrangente associado à ideia de globalidade, 2) as implicações da flexibilidade territorial que a *Internet* permite sobre o território geográfico e socio-político, 3) a representação de territórios individuais e/ou privados na *Internet*, quer a nível grupal quer pessoal. Esta tripla dinâmica, que se entrecruza, faz com que a constituição de uma rede internacional global tenha promovido a oportunidade de afirmação das identidades locais através da sua presença nessa mesma rede, passando a ter visibilidade global. As identidades locais afirmam-se pela especificidade simbólica, iconográfica, ideológica, pela língua (apesar do inglês ser a língua dominante), etc. A *Internet* é um espaço de espaços onde o público e o privado, o local e o global, o material e o virtual coabitam, o que conduz à geração de novas sociabilidades e reorganização das sociabilidades tradicionais. Cabe a cada um usufruir desta nova dinâmica.

O que Carlos Fortuna nos diz para a cidade tem validade para a rede:

“A liberdade que a cidade e a cultura urbana oferecem a todos por igual é sempre desigualmente apropriada, de acordo

com vários alinhamentos sociais, económicos e culturais.” (Fortuna,1997:22)

É a partir do seu enraizamento e do seu projecto existencial que cada um explora a informação e as teias relacionais que a *Internet* lhe permite. O local (material e/ou representacional) será sempre o microcosmos a partir do qual se pode compreender a dinâmica social.

A rede promove a diluição das fronteiras geográficas mas também a geração de novos territórios, identidades e práticas sociais. Lugares e Não lugares. Até que ponto os *browsers* e os sistemas de pesquisa de informação poderão ser entendidos como Não-Lugares? Reflectindo sobre esta questão à luz da conceptualização realizada por Marc Augé (1994), os *browsers* surgem por analogia com o avião, o carro, etc., ou seja, como meio de transporte, enquanto que os sistemas de pesquisa de informação e mesmos os *sites* surgem como espaços de passagem, de mediação do tipo dos aeroportos, das gares, etc. em ambas as situações se trata de não-lugares, espaços onde não se permanece, mas que exercem a função de enunciação de potenciais percursos para a chegada a um destino. A vivência do não-lugar promove a simultaneidade da solidão e da liberdade.

“Terra = sociedade = nação=cultura = religi ao: a equação do lugar antropológico reinscreve-se fugitivamente no espaço. Reencontrar, um pouco depois, o não-lugar do espaço, escapar à opressão totalitária do lugar é, por conseguinte, reencontrar alguma coisa que se assemelha à liberdade.” (Augé,1994:121)

“Frequentar os não lugares constitui, hoje em dia, a ocasião de uma experiência sem precedente histórico, de individualidade solitária e de mediação não humana (basta um cartaz ou um écran) entre o indivíduo e o poder público.” (Augé,1994:122)

Se se admitir que também na sociabilidade mediada pela *Internet* existem lugares e não-lugares haverá então, também aí, lugar para a proposta de Marc Augé de uma etnologia da solidão.

Apesar de tudo, o lugar e o não-lugar não são completamente estanques.

“Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os não-lugares confundem-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de um lugar, seja ele qual for. O regresso ao lugar é o recurso daquele que frequenta os não-lugares.” (Augé,1994:112)

Também na *Internet* se podem encontrar não-lugares caracterizados pela pesquisa solitária de informação no silêncio do diálogo do sujeito consigo próprio, tal como acontece com quem faz compras no hipermercado ou transações bancárias numa caixa automática. Mas, também se encontram lugares, no sentido antropológico, em que existe espaço para a relação interpessoal e para a organização social.

Assim, em paralelismo com a ideia de Gabriel Tarde de que os jornais eram uma ementa de ideias que forneciam a ordem de trabalhos para a opinião pública poder-se-á dizer que a *Internet* e, especificamente, a *Web* é uma hiper-ementa de ideias, que estão

ao dispor dos indivíduos. Estes têm a possibilidade de se aglutinarem em torno dessas ideias fazendo uso de outros serviços da rede como seja o correio electrónico ou os grupos de discussão. Transformando, deste modo, o que potencialmente poderá ser um não-lugar num lugar antropológico em que ocorre o efeito de selectividade da informação a nível da cognição individual e social. Este processo é fruto do estabelecimento de redes interpessoais que são motor da dinâmica da retenção selectiva, discussão e, potencial, difusão de informação e teias de afinidades e solidariedades. Enfim, o procedimento de selectividade está na base da geração de comunidades de partilha de interesses.

A *Internet* tem uma *gramática* socio-técnica própria, fruto da possibilidade de fusão do audiovisual, das telecomunicações e da informática o que lhe dá a especificidade baseada na convergência e na interoperabilidade, envolvendo novas linguagens, novos comportamentos e novos simbolismos. Esta realidade promove uma nova gramática organizacional que terá que ter em consideração que os *media* são sempre híbridos - técnicos, sociais e culturais - e que os usos não são apenas tecidos por uma lógica racional, mas também emotiva.

“os computadores não seriam objectos culturalmente tão poderosos como o são se as pessoas não estivessem a apaixonar-se pelas suas máquinas e pelas ideias que as máquinas veiculam.” (Turkle,1997:71)

Há um enquadramento normativo que passa pela liberdade, diversidade, pelo escapar às fronteiras, desterritorialização, apro-

ximação do público e do privado, etc.. Contudo, este espaço é regado, existe uma gramática normativa da convivência nestes espaços alternativos, a *netiqueta*¹ (Bauche,1996:239); Consultar: “Pour une charte des droits et devoirs du “Netizen”, citoyen d’Internet” (Bauche,1996:245) e, cada vez mais os Estados reconhecem a necessidade de legislar especificamente para este novo espaço antropológico.

O território virtual não deixa, contudo, de ter as suas ameaças. Assim, surgem problemas relativos à vigilância e à privacidade dos habitantes desse território, à segurança dos seus bens (quem já não teve um ataque de vírus que põem em causa o trabalho de meses/anos?), questões de legitimidade e legalidade dos procedimentos, propriedade intelectual, comércio electrónico, etc.

“Para tudo agravar, a estrutura descentralizada das aldeias electrónicas interligadas à escala mundial desafia as regras básicas que até hoje presidiram à elaboração de leis. Subitamente, de cada território é possível partir para todos os territórios e estabelecer contacto com gente que neles vive. As novas relações geram-se em tempo real, galgam fronteiras, são avessas a peias fiscais e burocráticas, põem em crise as formas tradicionais de combate ao crime e tornam flagrante a debilidade das formas de cooperação entre Estados, pesadas, inapropriadas e lentas.” (Magalhães,1999:43)

Questões morais, éticas, legais e administrativas que fazem surgir a necessidade

¹“Netiquette: fusion des mots anglais Net (Internet) et Étiquette (Éthique), ensemble re règles de bonne conduite que régissent l’interaction en ligne sur Internet et notamment les *newsgroups*.”

de gerar novas formas de responsabilidade, uma nova axiologia. Necessidade de uma teoria ética para os *media interactivos em rede*, uma estrutura normativa, mas pluralista, aberta às diferenças.

5 Da memória

Reflectir sobre os mediadores da comunicação e da geração de espaços antropológicos implica perguntar pela identidade dos habitantes desses espaços e pela identidade dos espaços. Isto conduz à questão da memória privada e da memória social.

Por um lado, é importante sublinhar que não existe memória sem suportes e sem práticas de memória, ou seja, da sua transmissão; por outro lado, que a função da memória é construir identidades – da pessoa, da família, do grupo, da nação – sempre numa tridimensionalidade do tempo: memória do passado, do presente da acção e das expectativas sobre o futuro.

“... a memória do indivíduo só existe na medida em que esse indivíduo é um produto provavelmente único de determinada intersecção de grupos.” (Fentress e Wickham,1994:7)

“... os grupos sociais constróem as suas próprias imagens do mundo estabelecendo uma versão acordada do passado e ao sublinhar que estas versões se estabelecem graças à comunicação, não por via de recordações pessoais. Na verdade, as nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contém na origem muito de social.” (Fentress e Wickham,1994:8)

A memória é uma construção social que desempenha um papel na própria construção do social. Sem memória não há identidade social. Daí o erro de as sociedades não cultivarem as suas memórias. Sem memória o sujeito nunca poderia saber de si porque nunca poderia saber dos outros, ou seja, a construção da individualidade faz-se no trabalho relacional, que tem como cenário a memória social partilhada. É o habitar num espaço social partilhado que gera as referências fundadoras da identidade. O Eu é o centro de gravidade da narrativa existencial, contudo só está em condições de construir uma narrativa inteligível se enraizado na memória dos e com os outros.

A pluralidade de expectativas e de memórias é fruto de uma pluralidade de mundos. Quanto maior a abertura à alteridade, maior a riqueza individual.

Deste modo, abandona-se o primado cartesiano do sujeito centrado sobre si próprio para se reconhecer o primado da intersubjectividade, ou seja, a relação é fundadora de individualidade. A figura individual emerge da relação comunitária, relação primária. A razão é fruto da comunicação e dos seus instrumentos, ou seja, é a relação com as redes sociais e com as técnicas comunicacionais que fazem com que o indivíduo seja racional. Daí a necessidade de tomar atenção aos *media* e, em especial, aos *media interactivos reticulares* que promovem o sentimento comunitário. Como é que produzimos os *media* que depois nos reproduzem. Neste sentido, Daniel Bougnoux (1999) propõe uma nova disciplina, a *mediologia*, que reflecta sobre como é que se constrói um mundo comum usando um mediador simbólico, ou seja, qual a lógica dos *media*.

“... a mediologia, ou seja, o estudo dos meios no sentido mais lato, desvenda as relações intrinsecamente complexos da mensagem e do meio.” (Bougnoux,1999:29)

Somos fruto do nosso próprio labor, logo, é necessário reflectir sobre esse labor de construção de representações para compreendermos a nossa própria identidade. Há, portanto, uma relação circular, nós produzimos técnicas que nos produzem. Os *media* usam e recriam as linguagens, as relações entre os indivíduos, o imaginário, a racionalidade, a identidade, etc..

A rede intersubjectiva gera mapas socio-cognitivos que estão na base do desenho de identidades e estilos de vida que são o quadro interpretativo de novas vinculações materiais e simbólicas.

Os diferentes enraizamentos geram disparidades entre actores sociais, no que diz respeito à apropriação dos novos *media* e respectiva lógica dos fluxos culturais associados. Há necessidade de reflectir sobre o papel que os *media* desempenham na construção social das identidades dos povos e os respectivos riscos de fractura entre ricos e pobres, mas também entre interactuantes e interactuados, países e sociedades capazes de fabricar conteúdos e os que não o são e que apenas consomem. Dever-se-á, então, questionar em que é que as nossas vidas são afectadas, modificadas pela vivência nesse espaço imaterial. As redes materiais, tangíveis são o suporte da existência das redes imateriais, intangíveis. São estas últimas que constituem um novo espaço de existência, de convivência, de solidariedade, etc., um novo espaço antropológico.

“Uma vasta gama de comunidades virtu-

ais, desde MUDs a painéis de notícias informatizados, permitem às pessoas gerar experiências, relações, identidades e locais de habitação que surgem apenas graças à interacção com a tecnologia.” (Turkle,1997:30)

A cooperação, está na base do novo espaço antropológico e revela-se a estratégia adequada para implementar a inteligência distribuída em rede. Criando, deste modo, um cenário de desenvolvimento baseado na partilha.

“Organizações sociais, de qualquer espécie, necessitam, cada vez mais, para sobreviver de desenvolver actividades de cooperação. Vivemos numa sociedade em mutação que se move para uma sociedade de cooperação cultural.”(Morais e Marcelino,1992) “Há, subjacente neste novo estilo reticulante e cooperante, uma metáfora neural, baseada na forma de pensar, de exercer a inteligência, de um cérebro com as suas redes de neurónios.” (Morais,1994:12)

6 Da geração de espaços do saber

No contexto mediático em que nós vivemos os *media* têm grande importância na expansão do saber, daí que se possam falar de tecnologias da inteligência (Lévy,1994). Há um *Big Bang Cognitivo* com a expansão dos *media*, dado que os conhecimentos que possuímos acerca da ciência, da política, etc. provêm muito mais dos *media* do que da escola e do sistema formal de difusão de conhecimentos. Assiste-se assim a um processo intensivo de mediação dos conhecimentos através dos *media*, mas também dos museus, das

exposições, dos livros, dos CD-Rom e da *Internet*. Todos os saberes assim adquiridos são saberes informais, mas é a partir deles que a maior parte dos cidadãos pensa e toma decisões. Logo, está-se face a uma cultura mediática e de mosaico porque é a partir dos fragmentos mediatizados que se forma uma representação da realidade social em que se está inserido. Por outro lado, esta mediatização também conduziu às expressões Ciência Espectáculo e Democracia Cognitiva.

Esta problemática da difusão e partilha do conhecimento, do saber, deve ser repensada no que diz respeito à *Internet* porque os serviços disponibilizados permitem além do acesso à informação a geração de redes interpessoais e interinstitucionais de gestão da assimilação, produção e difusão do conhecimento.

Não se poderá esquecer que a assimilação dos conteúdos do processo comunicacional se baseia num cálculo interpretativo baseado no princípio da pertinência. Ou seja, o processo cognitivo de compreensão implica a inferência baseada na informação disponível e na pertinência dos enunciados, no respectivo contexto de comunicação. Daí que comunicação e cognição se desenrolem num processo de vinculação. No processo de comunicação que é um processo de mediação ter-se-á de ter em consideração três tipos de mediação: corporal, social e semiótica (Meunier, 1999). Mediação corporal porque as nossas representações são feitas a partir da nossa inserção corporal no mundo, corpo esse que por sua vez é formado e modelado no seio de uma cultura. Mediação social e cultural na construção de representações porque o sujeito interioriza as normas e valores da sociedade em que está inserido. Daí que Piaget afirme que a descentração é o motor

de desenvolvimento pessoal, ou seja, é pela capacidade de relacionamento inter e intra pessoal, pela capacidade do sujeito relativizar o seu ponto de vista em relação com os pontos de vista dos outros, que o sujeito se desenvolve e individualiza. A cognição será assim a actividade interior que consiste na interiorização da discussão inter-individual, logo, a vivência social é crucial para o desenvolvimento cognitivo. O sistema relacional permite a descentração. Existe mediação semiótica na medida em que existe relação entre o pensamento e os signos externos que nos oferece a cultura. Contudo, o próprio pensamento é produto desses signos e produtor dos mesmos. Logo, existe um processo circular em que o pensamento se mediatiza em signos, os quais promovem o pensamento. Com as possibilidades oferecidas pelo multimédia esta exteriorização-interiorização do pensamento tem-se tornado cada vez mais icónica perdendo o primado do verbal, da enunciação. Há, portanto, que reflectir sobre o modo como o pensamento se exterioriza na produção externa (multimédia, hipermédia, filmes, pintura, etc.) e como é que essas imagens determinam o pensamento e o raciocínio, ou seja, a representação que os sujeitos fazem do real. Especificamente, reflectir sobre o lugar da *Internet* nesta problemática.

Mas, a questão a formular será então: O que é que nós saberíamos sem os *media*? A resposta a esta questão será seguramente complexa, contudo, parece ser cada vez mais evidente que a sociedade constrói uma imagem de si própria a partir da imagem que os *media* transmitem dela. Há, assim, a gestação de movimentos sociais, de difusão de modos de agir, a promoção de laços sociais através dos *media* que são um contributo

para a geração de um espaço público com novas práticas e novas identidades. Existirá uma vinculação entre os *media* e a reformulação de representações. Os *media* transmitem novas categorias de organização que geram uma nova paisagem social, novos estilos de vida e novas cartografias. Novas categorias de organização em relação ao trabalho, ao lazer, ao sexo, à política, etc. geram novas práticas e novas identidades. Daí que os *media* exerçam poder sobre a acção colectiva gerando novas formas de organização da acção colectiva e individual.

Se já existe bastante reflexão sobre a influência dos *media* de primeira geração, muito há ainda por reflectir no que diz respeito à influência dos *media* de segunda geração, os *media interactivos em rede*. Estes novos *media* surgem como novos suportes das relações e dos conhecimentos (grupos de discussão, IRC, Web pages, bases de dados, etc.) permitindo uma tripla analogia: com a biblioteca (extração de informação, leitura, reanálise, comentários, etc.); com um laboratório (ligado à ideia de descobertas, reencontros, trocas de informação, etc.) e com Praça Pública (comunidade, diálogo, intervenção política, etc.).

Deste modo, há que reflectir acerca do facto da acção colectiva se realizar muitas vezes no âmbito de uma comunidade imaginária e/ou efémera porque participamos cada vez mais em movimentos públicos sem sair da esfera privada e protegidos nela, nomeadamente, através dos serviços da *Internet* (Beaud, 1999).

Pierre Lévy (1997) defende que as redes e serviços telemáticos permitem gerar uma nova era, um novo espaço que designa por

Espaço do saber², baseado na convergência das inteligências, o que permitirá segundo o autor gerar uma inteligência colectiva.

“O Espaço do Saber é o plano de composição, de recomposição, de comunicação, de singularização e de impulsamento processual dos pensamentos. Cenário de dissolução das separações, o Espaço do saber é habitado, animado por intelectos colectivos - imaginários colectivos - em reconfiguração dinâmica permanente.” (Lévy, 1997:176)

O saber partilhado e mutuamente construído, suportado nas redes, é o ingrediente de gestação de um novo espaço antropológico, que é o espaço do saber.

“O que é um espaço antropológico? É um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto, dependente das técnicas, dos significados, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas.” (Lévy, 1997:28)

“Mas então, porquê chamar “Espaço do saber” ao novo horizonte da nossa civilização? A novidade, neste domínio, é pelo menos tripla, está relacionada com a velocidade de evolução dos saberes, com a massa das pessoas chamadas a adquirir e a produzir novos conhecimentos e, por fim, com o aparecimento de novos instrumentos (os do ciberespaço) capazes de fazer surgir, no nevoeiro da informação, paisagens inéditas e distintas, identidades singulares, próprias deste espaço, novas figuras sócio-históricas.” (Lévy, 1997:31)

² Pierre Lévy divide a história da humanidade em quatro grandes períodos que correspondem a quatro espaços: Terra, Território, Mercado, Saber.

7 Do desenvolvimento da humanidade

Apesar de todos os desenvolvimentos tecnológicos permanece a necessidade de uma crítica da ideia de progresso e a necessidade de re-pensar de forma holística, integrada e ecológica o desenvolvimento da Humanidade face à avalanche infocomunicacional.

“Assistimos a um dos raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, isto é, de um novo relacionamento com o cosmos, inventa-se um estilo de humanidade.” (Authier e Lévy, 1998:129)

Re-pensar o modelo de desenvolvimento da humanidade implica, também, reflectir sobre os bens imateriais e os espaços imateriais. Estes terão, possivelmente, um contributo crucial numa dinâmica de desenvolvimento em que os conhecimentos e os valores culturais são elementos estruturantes do processo.

Javier Perez de Cuellar³ no texto “A Cultura Chave do Século XXI” publicado no *Jornal Público* de 23 de Fevereiro de 1994, afirmava:

“Os nossos modelos de desenvolvimento, que se baseiam na expansão contínua do consumismo material, não são viáveis nem definitivamente extensíveis. Eles não só destroem o tecido das culturas, como ameaçam a biosfera e, portanto, a sobrevivência da humanidade.”

A tecnologia propõe mudanças, mas é a sociedade que vai fazer uso dessas tecnologias, logo, não se deve ter uma expectativa

³Na época Presidente da Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento.

demasiado elevada quanto à mudança porque a velocidade da mudança social é substancialmente mais lenta que a mudança tecnológica. A mudança social não acontece, constrói-se. Um novo *Éthos*, o *Éthos da mediatização tecnológica da comunicação* instalar-se-á progressivamente envolvendo-nos de modo silencioso, subtil, mas eficaz. É necessário estar atento para participar criticamente no processo.

8 Bibliografia

- AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da modernidade*, Trad., Venda Nova: Bertrand.
- AUTIER, Michel e LÉVY, Pierre (1998), *As Árvores do Conhecimento*, Trad., Lisboa: Instituto Piaget.
- BAUCHE, Gilles (1996), *Tout savoir sur Internet*, Paris: Arléa.
- BEAUD, Paul (1999), “O Espaço Público em Construção”, *Comunicação Oral*, Lisboa: SOPCOM, 1º Congresso: As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, 22-24 de Março, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P. and PINCH, Trevor (Edited by) (1997), *The Construction of Technological Systems*, Cambridge: The MIT Press.
- BOUGNOUX, Daniel (1999), “A comunicação na encruzilhada dos saberes”, Lisboa: SOPCOM, 1º Congresso: As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, Resumo das Comunicações,

- 22-24 de Março, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1999), *Desafios dos Novos Media – a nova ordem política e comunicacional*, Lisboa: Editorial Notícias.
- CARDOSO, Gustavo (1998), *Para uma Sociologia do Ciberespaço – Comunidades virtuais em português*, Oeiras: Celta.
- DAMÁSIO, A. R. (1995). *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa: Pub. Europa-América.
- DESBOIS, Henri (1998), Représentations et Territoires sur Internet, Université de Paris IV, Mai, 1998, <<http://barthes.ens.fr/atelier/articles/desbois-mai - 98.html>>
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1994), *Memória Social*, Trad., Lisboa: Teorema.
- FORTUNA, Carlos (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta.
- GRAS, Alain; JOERGES, Bernard e SCARDIGLI, Victor (sous la responsabilité de) (1992), *Sociologie des Techniques de la Vie Quotidienne*, Paris: L'Harmattan.
- JEUDY, Jean-Pierre (1999), “As Vertigens da Mediação”, Comunicação Oral, Lisboa: SOPCOM, 1º Congresso As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, 22-24 de Março, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian.
- JONES, Steven G. (Edited by)(1998), *Virtual Culture – Identity and Communication in Cybersociety*, London: Sage.
- KERCKHOVE, Derrick de (1997), *A Pele da Cultura*, Trad., Lisboa: Relógio d'Água.
- KERCKHOVE, Derrick de (1998), *Connected Intelligence – the arrival of the web society*, London: Kogan Page.
- LÉVY, Pierre (1994), *As Tecnologias da Inteligência – O Futuro do Pensamento na Era Informática*, trad., Lisboa: Instituto Piaget.
- LÉVY, Pierre (1995), *A Máquina Universo – Criação, Cognição e Cultura Informática*, trad., Lisboa: Instituto Piaget.
- LÉVY, Pierre (1997), *A Inteligência Coletiva – para uma antropologia do ciberespaço*, trad., Lisboa: Instituto Piaget.
- LITCHIN, Rob (1998), *Cyberspace – The World in the Wires*, New York: John Wiley & Sons.
- MAGALHÃES, José (1999), “Perplexidades Ciberlegislativas à beira do III Milénio”, in: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (coord.) (1999), *O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução*, Lisboa: Centro Atlântico, 43-48.
- MARKHAM, Annette N. (1998), *Life Online – researching Real Experience in Virtual Space*. London: Altamira Press.
- MENDES, Manuel Oehen (1999), “Alguns Problemas Jurídicos da Internet”, in:

- ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (coord.) (1999), *O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução*, Lisboa: Centro Atlântico, 79-87.
- MEUNIER, Jean-Pierre (1999), “Para uma Semiótica Cognitiva”, Comunicação Oral, Lisboa: SOPCOM, 1º Congresso As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, 22-24 de Março, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MORAIS, C. e MARCELINO, H. (1992), “The Network Approach as an IS/IT Policy for Systems Integration”, ICA – International Council for IT in Government Administrations, 26th Conference, Jerusalém, Israel, 1992.
- PAIVA, Raquel (1998), *O espírito Comum – Comunidade, mídia e globalismo*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- PIAGET, Jean (1983), *Problemas de Psicologia Genética*, trad., Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RHEINGOLD, Howard (1996), *A Comunidade Virtual*, Trad., Lisboa: Gradiva.
- ROCH, Irène Le (1992), “Téléphone et minitel: comment être plus sociable”, in: GRAS, Alain et MORICOT, Caroline (dirigé par) (1992), *Technologies du Quotidien – La plainte du progrès*, Paris: Autrement, 68-74.
- SANTOS, Rogério (1998), *Os Novos Media e o Espaço Público*, Lisboa: Gradiva.
- SILVA, Lúcia J. Oliveira L. (1999), “Globalização das redes de comunicação: uma reflexão sobre as implicações cognitivas e sociais”, in: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (coord.) (1999), *O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução*, Lisboa: Centro Atlântico, 53-63.
- SOARES, Luís (1999), “Contra a Corrente: Sete premissas para construir uma comunidade virtual”, in: ALVES, José Augusto, CAMPOS, Pedro e BRITO, Pedro Quelhas (coord.) (1999), *O Futuro da Internet – Estado da arte e tendências de evolução*, Lisboa: Centro Atlântico, 75-77.
- TARDE, Gabriel (1989), *L’Opinion et la foule*, Paris: PUF.
- TURKLE, Sherry (1997), *A Vida no Ecrã – a identidade na era da Internet*, Trad., Lisboa: Relógio d’Água.
- VATTIMO, Gianni (1991), *A Sociedade Transparente*, Trad., Lisboa: Edições 70.
- WEBSTER, Frank (1997), *Theories of the InformAtion Society*, London: Routledge.
- WOLTON, Dominique (1999), *Internet et après? Une théorie critique des nouveaux médias*, Paris: Flammarion.